

Fanon não é psicanalista na França. Mas, e no Brasil?

Fanon isn't a psychoanalyst in France. But what about in Brazil?

Luciano Dias¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Fernanda Canavêz²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Este trabalho parte de uma provocação que visa tensionar a devida inscrição das contribuições de Frantz Fanon ao campo psicanalítico, sobretudo o brasileiro. Tomamos como questão disparadora os limites do interesse desse campo pelas considerações do autor em um contexto colonizador, como a França. Deste modo, circunscrevemos a temática da alienação racial em Fanon como condição para problematizar a ocorrência de um duplo narcisismo nomeado pelo autor. Através desse verifica-se que negro encontra-se encerrado em sua negrura, o branco enclausurado pela brancura. Mas, se Fanon localiza a alienação como base do colonialismo, é para empenhar-se na luta — contracolonial — que visa a desalienação, isto é, a destruição do complexo fundado pela raça. Assim, situado no contexto brasileiro, nos interessa as contradições e as ambiguidades sustentadas pelos corpos brancos. Agentes da dominação, estes também respondem à lógica colonizadora. Ao longo desse percurso ressaltamos a opção fanoniana que faz do discurso psicanalítico um instrumental fundamental na leitura crítica sobre a alienação racial. Hegemonicamente, a psicanálise foi regulada por um silêncio quanto às consequências da incidência diferencial da raça, pergunta-se pelas implicações desse silêncio em um país colonizado.

Palavras-chave: alienação. psicanálise. racismo. branquitude. colonização.

ABSTRACT

This work starts with a provocation that aims to stress the proper inscription of Frantz Fanon's contributions to the psychoanalytic field, especially the Brazilian one. We take as a triggering question the limits of interest that this field has for the author's

¹E-mail: lucianodsdias@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4288-2630>

²E-mail: fernadacanavez@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1205-0200>



considerations in a colonizing context, such as France. In this way, we circumscribe the theme of racial alienation in Fanon as a condition to problematize the occurrence of a double narcissism named by the author. Through this, it can be seen that black people are enclosed in their blackness, just as white people are enclosed by whiteness. But, if Fanon locates alienation as the basis of colonialism, it is to engage in the – countercolonial – fight that aims at disalienation, that is, the destruction of the complex founded by race. Thus, situated in the Brazilian context, we are interested in the contradictions and ambiguities sustained by white bodies. Agents of domination, these also respond to the colonizing logic. Along this way, we highlight the Fanonian option that makes psychoanalytic discourse a fundamental instrument in the critical reading of racial alienation. Hegemonically, psychoanalysis was regulated by a silence regarding the consequences of the differential incidence of race, we ask about the implications of this silence in a colonized country.

Keywords: alienation. psychoanalysis. racism. whiteness. colonization.

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada é preciso afirmar que a frase que dá título a esse artigo é uma provocação. Primeiro, porque a condição de ser psicanalista não é fixada por uma delimitação geográfica. Ninguém é psicanalista por estar em um país, ou deixa de sê-lo ao se deslocar a outro. Segundo, porque sempre que se aventa ser alguém psicanalista ou não, parece que se está trazendo à baila o conhecido debate sobre quem ou quando alguém se autoriza psicanalista (Ceccarelli, 2021).

No caso de Fanon (2008), tudo isto é curioso, pois desconhecemos registros em que ele tenha defendido sua condição de psicanalista, muito embora, por exemplo, se proclame um em diferentes momentos de *Pele negra, máscaras brancas*. Sem contar a recorrente atenção conferida a esse discurso por parte do autor e as conhecidas críticas em relação à psicanálise.

Entendemos que a invisibilidade ou não de um corpo e as diferenças que desta decorrem, assim como as perguntas sobre a racialidade e sobre a violência racial, são questões pertinentes ao campo psicanalítico. Nesta direção, é no mínimo curioso constatar que por um longo tempo os psicanalistas tenham acreditado que estas questões não impunham algo de

concernente a este campo. Curioso porque, em psicanálise, pelo menos desde Freud (2006c), não se desconhece, por exemplo, que a diferença sexual produz consequências distintas, que a posição sexuada que responde ao “homem” ou a “mulher” incorre em diferenças. Como então supor que o lugar social, simbólico e psíquico a que os corpos são lançados por sua cor da pele, possa ser indiferente a um campo discursivo como psicanálise?

Mas, por outro lado, como esperar que perguntas como estas pudessem ganhar consistência em um solo marcadamente branco, vértice da colonização, que é a Europa? Isso coloca questões para os psicanalistas brasileiros, pois, se o Brasil é um país marcado pela colonização, já não deveríamos ter-nos perguntado se os modelos teóricos que importamos contemplam as diferenças histórico-sociais impostas pela racialidade?

Se lavançamos essas questões logo no início de nossa reflexão é porque compreendemos que elas fazem parte de uma problemática maior, a saber, o silenciamento sobre o tema da raça no campo psicanalítico, por tantas décadas, no Brasil, mas também na França. O colonialismo - via privilegiada de leitura das relações entre o Brasil e os países da Europa central - é um tema fundamental em Fanon. Assim, situados no Brasil, valeria uma outra pergunta: pode haver um interesse brasileiro, diferentemente do francês, ou do europeu, em se reconhecer uma posição propriamente psicanalítica pela vida, pelo pensamento e obra de Frantz Fanon?

Fanon é um autor cujo trabalho é amplamente conhecido, não apenas no Brasil (Cidade, Faustino, Gaudenzi, 2023), mas também, no contexto europeu, particularmente na França, onde além de morar e atuar profissionalmente desempenhou um importante papel na luta em favor da independência da Argélia (Faustino, 2020). Apesar da inegável difusão de seu pensamento desde os anos de 1960-70, sobretudo por seu engajamento na luta revolucionária (Fanon, 2021), chama atenção a reduzida circulação do autor nos meios ditos tradicionais da psicanálise (Salaberry, D’Agord, 2023).

Na leitura que encaminhamos, importa menos se Fanon é ou será (e por quem) reconhecido como um psicanalista. A despeito disso, a contribuição do autor nos parece fundamental para a psicanálise, formulada desde o Brasil.

Diferentemente da França - um polo reconhecidamente difusor do colonialismo - no Brasil, transcorrido mais de um século do término formal da colonização, persistem os efeitos culturais, políticos e subjetivos da escravização, da expropriação e da dominação colonial (Cavanêz, Dias, 2023). Neste sentido, não nos parece seguro afirmar que possa haver um decidido interesse dos psicanalistas europeus por aquela que julgamos ser a mais preciosa das contribuições de Fanon à psicanálise. Como esperamos indicar, o autor é não somente aquele que primeiro nomeia consequências psíquicas que a racialidade impõe aos corpos, mas, mais propriamente, faz das relações étnico-raciais um tema que compete ao campo discursivo da psicanálise. Um objetivo que nos orienta nesse escrito é localizar essa dupla contribuição, destacando como a crítica ao colonialismo opera como uma amálgama, interligando a leitura sobre o racismo e sobre as relações étnico-raciais.

Sob esse prisma, *Pele negra* pode ser lido tendo em vista a junção de dois eixos sobrepostos. Um primeiro confere atenção ao racismo, esmiuçando com profundidade as consequências psíquicas, as patologias e efeitos subjetivos do racismo sobre o corpo negro. A este se articula um segundo eixo que nomeia os corpos brancos em sua dimensão de agência na violência colonial. Deste modo, a atenção conferida por Fanon ao sofrimento infligido ao negro desdobra-se em uma leitura de maior amplitude, que abarca as relações étnico-raciais. Isto é, entreabre uma leitura sobre a mecânica relacional que funda e confere sustentação à lógica colonial. Assim, em Fanon, a crítica colonial, centrada na desalienação, opera como um vértice que articula de maneira simultânea - e indistinta - um eixo de atenção ao sofrimento imposto ao negro pelo racismo e aquele que nomeia a ação dos corpos brancos. Como esperamos mostrar, a localização desses eixos é importante, pois evidencia a estratégia de silêncio, que - tanto no Brasil quanto na França - parece orientar a distância que, até então, o discurso psicanalítico manteve em relação à temática da indecência racial nas subjetividades.

No intuito de circunscrever esses eixos, tomaremos, como fio orientador de nosso percurso, a hipótese expressa por Fanon, em *Pele negra*,

de que a incidência racial é fundamentada na alienação.³ Para o autor, aquilo que a racialidade - entendida com a manutenção hierárquica segundo a cor de pele - impõe aos corpos é da ordem de uma alienação. Assim, o colonialismo fundamentado na raça faz com que negros e brancos sejam, por diferentes caminhos, levados a um *querer não saber* sobre a cor e suas consequências.

Guiado pelo prisma da alienação, Fanon diagnostica a ocorrência de um duplo narcisismo. Através desse, verifica-se que “o branco está fechado em sua brancura. O negro em sua negrura” (Fanon, 2008, p. 27). Mas o reconhecimento do fechamento não encerra um limite intransponível. Em *Pele negra*, Fanon (2008, p. 29) se lança na tarefa de desmontar esse “círculo vicioso” que acarreta, para negros e brancos, um “complexo psicoexistencial”. Assim, se Fanon localiza a alienação racial como base do colonialismo, é para empenhar-se no favorecimento, contracolonial, que visa a desalienação, isto é, a “destruição” (Fanon, 2008, p. 29) do complexo fundado pela raça.

Estabelecemos a crítica ao duplo narcisismo como ponto de partida, pois, como indicaremos, a sustentação por Fanon de uma superação da raça vem sendo - de maneira estratégica e equivocada - utilizada tanto reduzir o debate racial à temática identitária, como para insentar a branquitude de um confronto com as consequências da racialização. Assim, nos orienta o esforço de sistematizar o que Fanon anuncia ao realizar essa crítica, mostrando que, para o autor, está em jogo a implicação dos corpos brancos, não sua isenção.

Deste modo, num primeiro momento, discorreremos sobre os efeitos da alienação nos negros. A situação colonial impõe a estes uma identificação compulsória à norma regulada pela brancura. Neste sentido, o racismo, para além da violência cotidiana, nomeia o apagamento de si e dos referenciais culturais de matrizes africanas. Num segundo momento, nos dedicamos ao encontro dos corpos brancos com a alienação racial. Tomando por referência o contexto brasileiro, buscaremos indicar algumas das consequências que

³Como assinala Ana Catarina Zema de Resende (2017) a categoria de alienação é central no pensamento de Fanon. Esta recebe atenção especial em *Pele negra*, mas a temática está presente em escritos anteriores e acompanha o autor em seu clássico os *Condenados da Terra*.

recaem sobre esses corpos em função da agência colonial e da atribuição da raça ao negro. Finalmente, destacaremos como a crítica à alienação é regulada por uma atenção conjunta ao eixo da subjetividade. Neste ponto de evocação às formas de subjetivação, ampliamos as referências que aproximam Fanon da psicanálise, que já se faziam presentes, nos momentos anteriores. Para isso, levantamos a hipótese de que um dos caminhos para compreendermos a distância que a hegemonia do movimento psicanalítico manteve em relação ao autor diz respeito ao engajamento revolucionário sustentado por Fanon. Sua aposta que a desalienação inclui não apenas um olhar sobre a subjetividade, como também uma oposição às engrenagens do poder colonial.

1. TORNAR-SE NEGRO: A QUEDA DA ALIENAÇÃO RACIAL

Em *Pele negra*, Fanon (2008, p. 90) apresenta, em larga medida, como os negros padecem de um “complexo de inferioridade” que se expressa em cenas cotidianas de rebaixamento subjetivo frente aos brancos, mas também no esforço permanente de correspondência aos valores ditados pela supremacia branca. Mas o autor recusa qualquer naturalidade nessa operação de assimilação, que redundaria para o negro em inferiorização. Afirma o autor que é a situação colonial que produz e orienta a “epidermização da inferioridade” (Fanon, 2008, p. 28). Como precisa Stuart Hall (2014), é o contexto colonial que interliga o discurso sobre a raça à cor de pele, ou seja, que realiza a operação que transforma o significante “negro” em um epíteto de rebaixamento e subjugo.

Assim, do ponto de vista negro, existir como sujeito em mundo regulado pela branquitude requer negar seus atributos físicos, os referenciais de sua matriz cultural. Como condição de sociabilidade, o negro é instado a se identificar ao branco. A sentença de Fanon é cortante: “(...) o negro quer ser como o branco. Para o negro, há um só destino. E ele é branco.” (Fanon, 2008, p. 188). Neste sentido, aponta o autor, o negro é levado a acreditar que

“quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais (...) escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (Fanon, 2008, p. 34). A regulação colonial, ditada pela valoração da brancura, impõe ao negro um enclausuramento. Como demarca Ana Catarina de Resende (2017), apoiada em Yvon Fotia (2009), os caminhos dessa conformação ao mesmo tempo que apontam para as tentativas do negro em produzir a si mesmo, impedem a constituição de uma identidade autônoma. Para Fanon, é a alienação o que regula esse hiato entre a negação de si e esforço para constituir a si mesmo como existente.

Por isso, na busca de saídas do aprisionamento, compete ao negro a luta para desembaraçar-se das injunções ditadas pela colonização. Fanon não escreve sem o receio da incompreensão de outros negros, mas nem por isso recua na força de sua pretensão. O autor nomeia os frutos do seu esforço no trabalho de “libertar o homem de cor de si mesmo” (Fanon, 2008, p. 26). Isto é, o favorecimento da tarefa subjetiva e política de desalienação do negro. Nessa direção, desalienar-se é

aprender a habitar seu corpo preto de outra maneira, compreendendo suas determinações sociais, a fim de se ver para além delas, mas significa também construir um outro mundo para que seu corpo o habite (Carneiro, Gayão, 2021, n.p.).

Em síntese, em *Pele negra*, Fanon realiza com precisão um detalhamento das “patologias que nascem da internalização do racismo pelos negros como a vergonha de si mesmo, os complexos de inferioridade e a fascinação pelo branco” (Resende, 2017, p.12). Ressalta-se, nessa análise, a acuidade e a sensibilidade da leitura de Fanon (2008, p. 95) que - atento à presença dos mecanismos inconscientes que regulam a mecânica colonial - nomeia a dimensão subjetiva que faz do racismo fonte promotora de sofrimento.

Com efeito, pode-se afirmar que, a partir das contribuições de Fanon, o registro da subjetividade, acompanhada de uma atenção às engrenagens inconscientes, não pode ser desconsiderado no campo da luta anticolonial.

Assim, para Fanon, estabelecer que a alienação se encontra na base da transmissão racial implica reconhecer que a lógica da consciência não é a única (ou mesmo a via exclusiva) na perpetuação do domínio colonial. Por isso mesmo, o discurso psicanalítico é, com recorrência, destacado por Fanon (2008). A psicanálise, ao mesmo tempo que permite uma leitura dos meandros inconscientes que regulam os processos de alienação, coopera no trabalho de questionamento desses processos, ou seja, visa, em suas proposições, a tarefa de desalienação. Mais adequadamente, aliás, a problemática da alienação/desalienação marca uma via de importante junção na aproximação de Fanon à psicanálise. Mesmo que não haja uma exata sobreposição de sentido atribuído à categoria⁴.

Tomando esse vértice, que conjuga o discurso psicanalítico a uma leitura sobre o racismo e a categoria de alienação, destaca-se, no Brasil, as contribuições de Neuza Santos Souza (1983). Nas trilhas do pensamento fanoniano (Cidade, Faustino, Gaudenzi, 2023), a psicanalista baiana, radicada no Rio de Janeiro, mergulhou com igual profundidade na extensão do dilaceramento a que o negro é lançado em seu cotidiano.

Em *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, trabalho fruto de sua dissertação de mestrado, Neuza Souza (1983, p. 70), concentra-se na análise de diferentes “histórias de vidas dos negros” recortadas do cotidiano dos negros brasileiros. Com efeito, a contribuição fundamental da autora pode ser anunciada pelo esforço em localizar o discurso psicanalítico frente a violência racial, que, para autora, acentua-se tão mais o negro se desloca em ascensão. Reconhecendo o lugar que interliga corpos brancos e classe social no Brasil, Neuza Souza toma por

⁴Indicaremos, ao final, que as diferenças mais fundamentais dizem respeito, principalmente, ao papel atribuído às engrenagens sociais e políticas na promoção da alienação. Por mais que escape aos nossos objetivos de momento aprofundar em leitura comparativa, vale ressaltar que, embora Fanon referencie mais frequentemente Freud, a temática da alienação recebeu importante desenvolvimento em Lacan, formando uma das bases que constitui o retorno de Lacan à Freud (Poli, 2005). Na mesma direção, Hegel (1992) e Marx (2013) - referenciado por Fanon e explicitamente também por Lacan - são referências fundamentais para uma análise mais detida sobre o tema da alienação.

foco uma análise detida do negro em uma sociedade que o comporta como instrumento de servilidade, mas não como sujeito.

À primeira vista, pode soar curioso que um livro dedicado ao sofrimento decorrente do racismo tenha por título *Tornar-se negro*. Mas o inesperado se afasta quando tomamos a alienação do negro como chave de leitura do livro da psicanalista. Afinal de contas, ninguém nasce negro, no sentido de um vínculo prévio com as injunções coloniais de subalternidade, ou mesmo no sentido de desejar ver a imagem de si mesmo expressa como encarnação do Mal (Fanon, 2008, p. 154).

Ante ao contínuo do rebaixamento, importa aos negros instituir a própria existência desatrelada das referências estabelecidas pela norma de supremacia branca. Nesta via da desalienação sustentada por Neuza Souza, tornar-se negro significa encontrar condições para afirmar a si próprio aliviado da necessidade de portar uma *máscara branca*. Tornar-se é romper a cadeia do subjugo alienante, afirmando a si próprio a partir de seus referenciais culturais. Assim, saber-se negro é poder reconhecer o destroçamento psíquico derivado da violência de ser levado a se identificar com as normas pautadas pela brancura, mas é também “a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SOUZA, 1983, p. 18). Como assinala Rosemere Ferreira da Silva (2020, p. 148), tornar-se negro é constituir um discurso sobre si, é a “descoberta de uma experiência subjetiva” capaz de apontar para uma reescrita e uma ressignificação da própria história. Por esse caminho, em sua leitura, Neuza Souza faz transparecer com nitidez a aposta de que a psicanálise é um discurso que pode cooperar para o trabalho de recriação de si. Tal como Fanon, Neuza Souza postula a necessária queda da alienação do negro em relação às normas reguladas pela brancura em nome de uma reapropriação criativa de si mesmo. Ambos autores demarcam a desalienação como enfrentamento da lógica racista e condição de um novo existir no mundo para os corpos negros.

2. ALIENAÇÃO E BRANQUITUDE

Entretanto, a alienação imposta pela racialização não alcança somente o corpo negro. Ao fazer da raça um atributo do outro, ao acreditar que quem tem raça é o negro, aparentemente, o branco está livre da incidência racial. De outra forma, segundo Fanon, o branco não passa imune à racialidade. O branco cria o negro como um corpo racializado, mas se recusa a nomear a si mesmo como também sendo racializado. E, como toda operação de recusa, esta produz consequências no trato com a realidade. Em suma, para o autor, a alienação racial não diz respeito apenas aos corpos negros, mas também aos brancos.

Vale frisar que não se trata de sugerir que essas consequências sejam idênticas para negros e brancos. Muito pelo contrário, são assimétricas. E o racismo antinegro figura como marca maior da dissimetria. Um corpo branco, por exemplo, ostenta a possibilidade de figurar sua racialidade no campo da invisibilidade, uma impossibilidade para aqueles não brancos, reiteradamente lembrados de sua cor de pele (Souza, 1983). Mas a questão fundamental posta por Fanon é que essa dissimetria não equivale a uma imunidade, a uma ausência de consequências. Neste sentido, como testemunha o psicanalista Pedro Ambra (2021) vírgula o encontro com a dimensão inconsciente de se reconhecer como um corpo branco submetido à alienação racial é acompanhado da emergência do registro freudiano do estranho. Freud (2006a) demarca o *unheimlich*, o incômodo e a estranheza que despontam justamente na presença de algo íntimo e familiar. Por isso mesmo é preciso fazer surgir, trazer à superfície, as contradições, as ambiguidades dos brancos em relação à própria cor e à hierarquia que sustentam a partir dela.

Considerando, como mostra Fanon (2008), que a dinâmica colonial racializa os corpos para fins de dominação, então precisamos admitir que negros e brancos são herdeiros da colonização. Mas, como dirá Deivison Faustino (2021), enquanto o negro é uma espécie de filho bastardo, o branco é o filho legítimo. Isto se passa porque, argumenta o autor, a categoria de raça é uma invenção colonial estabelecida justo para impedir a Europa de lidar com as próprias imperfeições. É a designação racial que permite o estabelecimento de uma “unidade” em torno da Europa, mas aos custos de

uma projeção para o exterior de tudo aquilo que representa o imperfeito, o abjeto, o indesejado.

Nesta direção, prossegue Faustino (2021, p. 73), “a saída da Europa para lidar com suas contradições foi criar uma cisão na ideia de humanidade, deixando de ver os não-europeus como humanos”. E é o racismo que opera essa linha rígida de corte. Ele expulsa o imperfeito para criar uma miragem de perfeição. Neste sentido, o racismo não apenas inferioriza o negro, “mas ele cria a ideia de que a Europa é perfeita, que a Europa é superior, quase divina” (Faustino, 2021 p. 79). Seguindo a metáfora de filiação proposta por Faustino, uma questão adicional se apresenta, pois podemos nos perguntar em que medida esse crivo que atrela o imperfeito ao não europeu diz respeito não somente aos negros, mas também aos brancos brasileiros.⁵ Ou seja, se o branco é filho legítimo, compete aos brancos brasileiros questionarem a natureza (e a efetividade) da filiação pretendida ao ideário europeu. Ao que nos parece, ao assumir acriticamente o modelo colonial europeu, a branquitude⁶ brasileira perpetua os termos da dominação e, com isso, estreita os laços de continuidade colonial.

Isto se passa porque, “enquanto o negro (cuja desalienação é visada por Fanon) é apenas mistificado, o branco (também alienado) é ao mesmo tempo

⁵A consideração à ação dos corpos brancos no contexto colonial é uma constante em *Pele negra*, ela acompanha Fanon ao longo, praticamente, de todo o livro. Fanon concentra sua análise nas relações coloniais estabelecidas entre a França e Martinica, esse último seu país de nascimento. Em *Pele negra* ele faz referência - em resposta a Manoni - também à colonização francesa em Madagascar. Em ambas as situações, Fanon se pergunta pelo significado da presença dos brancos nas colônias. Assim, usamos a expressão “branco brasileiro” para colocar em cena o registro que singulariza algo da situação colonial no Brasil. Neste sentido, talvez essa seja uma expressão que por si favoreça indagações, pois particulariza a universalidade requerida pelos corpos brancos. Um branco é um branco, mas, no enfoque de uma crítica colonial, um branco brasileiro é, antes de mais nada, um branco não-europeu. Assim, no escopo desse trabalho, manteremos uma alternância, especificando a nacionalidade “branca”, sempre que julgarmos ser esse um acréscimo capaz de assinalar as ambiguidades do branco brasileiro na relação com o colonizador europeu.

⁶Tendo a perspectiva fanoniana como direção de leitura, vale ter presente que a branquitude “faz referência a um conjunto de significados dados à brancura e não é uma mera descrição dessa. O branco atravessado pela branquitude, pela ideologia do branqueamento e pelos ideais da supremacia branca tem sua racialização distorcida, contudo, assim como a cor de pele negra não é mera descrição, a pele branca também não é” (Salaberry, D’Agord, 2023 p. 1426).

mistificado e mistificador” (Carneiro, Gayão, 2021, n.p.). Para Fanon, importa o trabalho que localize devidamente os termos dessa equação. Isto é, que desmonte a mistificação do negro, o olhar idealizado que sustenta a identificação deste à brancura, mas também e, fundamentalmente, o trabalho que localize essa dupla injunção que recai aos corpos brancos. Estes últimos, além de estarem submetidos à alienação, são agentes da dominação. Sob esse enfoque podemos dizer que compete à branquitude brasileira localizar-se na mecânica colonial. Ou seja, reconhecerem a si próprios na mistificação, no apego siderado ao colonizador europeu, mas também como os mistificadores, aqueles que mantêm inalterados os termos de um louvor acrítico à tradição europeia.

Como se pode observar, o que está em questão, a partir de Fanon, é a produção de um equilíbrio diferencial que faz dos corpos brancos - e não apenas o dos negros - objetos de atenção. Deste modo, falar em racialidade não pode ser uma prática reduzida à atribuição de raça aos negros, mas diz da possibilidade de interrogar os corpos brancos sobre a continuidade sistêmica que mantém a hierarquia e, portanto, a colonização como um valor partilhado. Neste sentido, se reconhecermos que a colonização faz da racialidade um “problema do negro”, precisaremos admitir, simultaneamente, que essa impõe um “problema ao branco”. Ou seja, se os brancos brasileiros quiserem problematizar a *colonialidade*, precisarão antes questionar a identificação maciça que sustentam em relação ao ideário euro-americano. Isto é, colocar em questão a que custos mantêm inalterados a submissão ao colonizador.

2.1 A racialidade como registro relacional

O que Fanon compreende como dimensão relacional pode então ser anunciado como o movimento dialético que interroga a dominação colonial fundamentada na alienação racial. Ou seja, um movimento que nomeia o binarismo fabricado pela raça, situando-o em uma articulação que interroga a mistificação dos negros, tendo por referência a perpetuação do colonialismo pelos brancos.

Deste modo, Fanon aposta que desalienação, o fazer emergir as consequências colonialismo fundamentado pela raça, é um trabalho que compete a negros e brancos. Afirmo o autor, “serão desalienados negros e brancos que se recusarem a se deixar enclausurar na Torre substancializada do Passado” (Fanon, 2008, p, 187; grifo do autor). Com efeito, compete ao negro afirmar a si próprio desamarrado das injunções fixadas pela dominação colonial. Em semelhante direção, cabe aos corpos brancos interrogarem firmemente os termos da própria alienação, que toma forma na recusa de desejarem saber sobre as consequências da reencenação da distribuição sócio-histórica sustentada pela raça.

Assim, para Fanon (2008), o racismo não se reduz à inferiorização do negro, até porque esta é precedida de uma pretensa superioridade requerida pelos brancos. O que está em jogo é que a racialização colonial fixa, limita, negros e brancos em determinados lugares (Faustino, 2021, p. 80). Colocar as relações étnico raciais em debate é, portanto, questionar a manutenção desses lugares. É perguntarmos até que ponto estamos, de fato, interessados em romper com as amarras coloniais. E isto passa pela afirmação positivada dos corpos negros e de seus referenciais, mas, igualmente, requer a ruptura idealizada dos brancos brasileiros em relação à ficcionalidade de suas origens. Ou, em outras palavras, requer a disponibilidade dos brancos brasileiros de questionarem a identificação massiva sustentada com o colonizador europeu. Destacaremos adiante como esse questionamento diz respeito também ao movimento psicanalítico.

Mas, vale ter presente, assinala Fanon (2020, p. 239), a responsabilidade não se confunde com a culpabilização: “eu, homem de cor, não tenho o direito de aspirar à cristalização no branco, de uma culpa em relação ao passado de minha raça”. Interessa a Fanon a assunção de um encontro responsável e modificador (de si e do mundo) com a incidência da raça. O que está em jogo é que racialidade é poder. A racialidade é o tônus que confere forma às relações de poder. Interrogar a raça é, portanto, desnaturalizar a microfísica destas relações.

Em última instância, existe em Fanon uma argumentação que sustenta um proveito para os corpos brancos em se haverem criticamente com a representação colonial sobre si próprios. De questionarem o insuspeito da própria imagem. Mas a contradição desponta quando constatamos, historicamente, a manutenção da recusa em se haverem como agentes e, logicamente, como objetos de manutenção do poder colonial.

Assim, seguindo as trilhas de Fanon, problematizar a branquitude não é apenas localizá-la como outro do negro, reeditando um embate em torno de um duplo narcisismo. Pois, como sustenta Faustino (2021), se, por um lado, é fato que o branco produz o negro em lugar de rebaixamento, de outro, o negro afirma a negritude como uma sustentação positivada de si. Neste sentido, também é fato que “ao ser criada, a negritude abala, coloca desafios políticos aos processos de hierarquia e privilégios que sustentam a branquitude” (Faustino, 2021, p. 73). Deste modo, nos parece fundamental não apenas fazer surgir o abalo nas idealizações que ancoram a branquitude, mas, principalmente, lançar perguntas sobre os porquês desses desafios seguirem sendo recusados.

Entretanto, embora corresponda um movimento capaz de abalar a imagem da branquitude sobre si mesma, para Fanon a negritude não constitui um fim em si mesma (Resende, 2017). Fechada em si, a negritude fortaleceria a consistência ontológica ao duplo narcisismo, criticado por Fanon. Assim, ao mesmo tempo em que a negritude é uma afirmação necessária, um patamar importante para a desalienação e auto-determinação dos corpos negros, sua proposição não objetiva, segundo Fanon, um louvor acrítico do “ser negro”⁷. Não obstante, importa frisar que o posicionamento crítico sustentado por Fanon ocorre no interior “de um quadro de análise específico e não de forma genérica sobre qualquer tipo de valorização sobre a identidade do negro, ou qualquer outro tipo de identidade” (Salaberry, D’Agord, 2023 p. 1418). Neste sentido, a crítica ao duplo narcisismo - que fundamenta a oposição de Fanon

⁷Precisamente, ao criticar a negritude, Fanon (2008) tem mente não apenas a valoração a priori do “ser” negro, mas também, o movimento Negritude surgido na França, nas décadas de 1930-40. Cf. Faustino, Deivison. *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

ao identitarismo - não é excludente à atenção ao sofrimento do corpo negro, bem menos ao solapamento da identidade derivada do racismo (Souza, 1983). Com isso, do ponto de vista da luta política, Fanon é descrente que apenas a nomeação racial constitua um caminho suficiente para a desalienação e para afirmação emancipatória. Neste sentido, a negritude é um passo fundamental capaz de abalar a branquitude, mas é uma condição, um momento de afirmação a ser superado (Fanon, 2008).

2.2 Branquitude e a mecânica racial

A grande provocação lançada por Fanon - e essa diz radicalmente à branquitude brasileira - é a necessidade de se encarar fortemente a negação da própria racialidade (não apenas os negros, mas também os brancos), sob o risco de se ficar preso à alienação racial. E, vale frisar, nenhum otimismo cego nessa afirmação, pois, se por um lado a desalienação é uma meta visada por Fanon, por outro, nada garante a realização deste trabalho. Nos lembra o autor, “não levamos a ingenuidade ao ponto de acreditar que apelos à razão ou ao respeito pelo ser humano podem mudar a realidade” (Fanon, 2008, p. 185) posta em marcha pelo colonialismo.

Não obstante, enquanto a branquitude não enfrentar esse trabalho persistirá limitada em sua humanidade, atrelada à mecânica colonial. Afinal de contas, na medida em que desumaniza o negro, o branco desumaniza também a si próprio. Aqui se desenha o esquema colonial que, para o pensador martinicano, aprisiona negros e brancos. Pois, como afirma Faustino (2021, p. 82), “o racismo não é apenas um esquema de superioridade dos brancos, ele é também - e fundamentalmente - a monstrificação do branco”. Há, segundo Fanon, um embrutecimento incontornável que acompanha a prática continuada da violência. Seguindo neste ponto, Aimé Césaire (2020), Fanon indica que a pretensa civilidade sustentada pelos brancos impõe limites ao ideal civilizatório e à noção de humanidade que a acompanha.

Como afirma o filósofo Renato Nogueira (2020, p. 11), “o branco colonizado pode escapar aos olhares do branco colonizador e, mediante uma ‘boa educação’, estabelecer um diálogo com a metrópole”. Entretanto, essa

possibilidade franqueada pela cor de pele e pelas insígnias da “civilidade” não anula a condição subalterna dos colonizados defronte o colonizador. Ou seja, não isenta brancos brasileiros de precisarem se haver com os limites de sua submissão à lógica da colonização. Nessa direção, assinala Fabiane Albuquerque (2021), o cotidiano de brancos brasileiros residentes, por exemplo, na França, expõe o hiato entre colonizador e o imigrante, de maneira que, frequentemente, brancos brasileiros não são assimilados como um igual no contexto europeu.

Por essa via podemos depreender que uma interrogação sobre as origens não é um dilema somente dos negros, que pela escravização desconhecem suas ascendências e que, pela diáspora, tiveram ceifados os traços de sua ancestralidade (Hartman, 2021). Essa é também uma questão a ser posta para grande parte dos brancos brasileiros, que, por muitas vezes, romantizam (e pouco questionam) a incidência colonial nas origens europeias que reivindicam.

Assim, o monstrificado diz respeito à prática continuada da violação do corpo negro e a violência adquire forma também na pretensão (não anunciada e não interrogada) da branquitude em “assumir a condição [universal] de ser humano” (Fanon, 2008, p. 27). É exatamente tal pretensão o que sustenta o apagamento hierárquico dos corpos negros.

A luta antirracista no Brasil pode ser anunciada, portanto, como o trabalho capaz de apontar para o estabelecimento da castração simbólica da branquitude no país. Isto é, que interrogue a pretensa divindade, a pureza suposta na origem, mas sustentada às custas de um endeusamento do colonizador. É o trabalho de encontro com o monstrificado em si mesmo e não mais projetado no outro. É o que possibilita enxergar fora dos mecanismos de denegação da realidade, fazendo surgir, com isso, as contradições, os privilégios, o nu e cru da submissão colonial e do aferro de dominação. Por essa via, essa luta nomeia o trabalho que, ao questionar a hierarquia racial, guarda potencialidades de atrelar à branquitude ao que Achille Mbembe (2019, p. 57), nomeia de uma “escalada em humanidade”. Tal como Fanon, o pensador camaronês aposta suas fichas que a interrogação da hierarquia

colonial é requisito indispensável e caminho para novos marcos de humanidade.

Essa é umas das mais radicais consequências do enfoque relacional na crítica de Fanon ao colonialismo. Levado às últimas consequências, o argumento fanoniano explicitamente supõe a supressão da marcação racial em nome da libertação, do estabelecimento de ordenamento humano que não seja regido pela colonização e, logo, pela raça. Assim, como atestam Nathalia Carneiro e Nicolau Gayão (2021, n.p.), em *Pele negra* Fanon visa “abolir o ser “negro” e o ser “branco”, as metafísicas centrais do racismo moderno – sem ignorar o peso diferente que os materiais corpóreos do/a branco/a e do/a negro/a possuem na configuração atual do mundo”. Aliás, esse posicionamento é reafirmado por Fanon (2005) em *Os Condenados da Terra*. Mais detidamente, neste último o autor defende a abolição do colonialismo, o que implica o fim da dinâmica de poder racial entre colonizado e colonizador.

Assim, “aos olhos do branco o negro não tem resistência ontológica” (Fanon, 2008, p. 104). Mas, por seu turno, “o branco não possui independência metafísica diante do preto” (Carneiro, Gayão, 2021, n.p.), na medida em que “a branquitude depende do corpo negro para se efetivar em sua condição” (Salaberry, D’Agord, 2023 p. 1415) hierárquica. Fanon defende a explosão de qualquer metafísica que fundamente a mecânica racial. Seu posicionamento afirma a negritude como um patamar a ser supracumido e, da mesma forma, faz da branquitude uma clausura a ser ultrapassada. Dito em outros termos, por consequência de um posicionamento rigoroso, vigora em Fanon “uma aposta rumo a uma outra humanidade, uma em que a raça - dispositivo colonial por excelência - deixe de existir” (Salaberry, D’Agord, 2023 p. 1416).

Deste modo, não é por acaso que Fanon afirma em *Pele negra* que “vistas da Europa, essas coisas são incompreensíveis” (Fanon, 2008, p. 188). É crível supor que na condição de polo irradiador do colonialismo essas questões sejam menos atraentes ou mais indigestas para os europeus. A pergunta que buscamos deixar anunciada é se, por isso mesmo, não deveriam ser centrais em um país como o Brasil, marcado pelas consequências da colonização.

2.3 A cegueira soberana

Não raro, a defesa de Fanon de uma desalienação racial que desmonte o duplo narcisismo que aprisiona negros e brancos funciona como artifício para que corpos brancos sustentem a defesa da superação da raça, sem, entretanto, a interrogarem criticamente. Este é caso de Sartre indicado por Fanon (2008, p. 103-126) no quinto capítulo de *Pele negra*, mas também é a perspectiva da historiadora e psicanalista francesa Élisabeth Roudinesco (2022). Em seu livro *O eu soberano: ensaios sobre a deriva identitária*, a autora louva Fanon pela recusa ao essencialismo que estrutura uma oposição rígida entre negros e brancos e faz da racialidade uma marcação intransponível (Roudinesco, 2022). A autora valoriza a perspectiva fanoniana por recusar o fechamento em torno da raça e, com isso, visar o universal, o humano em uma multiplicidade não segmentaria. Para a autora, em contrapartida, as reivindicações ditas identitárias representariam o isolamento, a ameaça à alteridade e ao humano em sua extensão e diversidade.

Como vimos, Fanon não se alinha à rigidez dessa fixação e tece sua aposta na defesa de uma ultrapassagem da marcação racial como crivo de sociabilidade (Fanon, 2008). Assim, Roudinesco (2022) acerta quando afirma que as considerações de Fanon não autorizam uma redução da esfera política a um embate centrado no identitarismo. Não obstante a coerência deste ponto da leitura, o que salta aos olhos é o silêncio da psicanalista quanto à problematização dos brancos e da necessidade que a racialidade constitua uma problemática a ser interrogada em bases não essencialistas, como propõe Fanon.

Em sua leitura, Roudinesco (2022, p. 9) reduz a problematização sobre a raça às “trevas do pensamento identitário”. Com isso, despreza o fundamental em Fanon. Pois, se, por um lado, o posicionamento do autor não se adéqua a uma redução da luta política assentada na identidade racial (Barros, 2019), por outro lado, Fanon converte a racialidade em uma temática

fundamental a ser considerada na montagem das subjetividades e no ordenamento sócio-político.

Assim, para Fanon, falar em superação da discussão sobre a raça faz sentido somente quando os corpos brancos forem devidamente localizados em um trabalho sobre a racialidade, e, portanto, sobre a manutenção da colonização como valor. Deste modo, aquilo que Fanon almeja através de sua crítica à solidez de uma “identidade” racial “é a insuficiência de tal processo de racialização e não sua inutilidade ou insignificância” (Salaberry, D’Agord, 2023, p. 1416). O que há de significativo a ser destacado é que, ao fazer da categoria de relação chave de leitura da racialidade, Fanon denuncia os limites e o engodo sustentado no pretense universalismo requerido pelos corpos brancos.

Em *o Eu soberano*, aliás, Roudinesco retoma seu posicionamento sobre Fanon que já se fazia presente em conhecido Vocabulário de Psicanálise, escrito em colaboração com o também psicanalista Michel Plon (Plon & Roudinesco, 1998). Ali Fanon é nomeado como um culturalista, tendo sob enfoque, principalmente, o debate entre Fanon e Octave Mannoni sobre o complexo de inferiorização dos povos colonizados (Plon & Roudinesco, 1998, p. 222).

Como indica Thamy Ayouch (2023), na França (e podemos dizer também, hegemonicamente, no Brasil), o debate sobre a temática racial converte o negro em objeto privilegiado de atenção, mas às custas de uma cegueira seletiva e estratégica quanto à racialidade dos corpos brancos. Naquele país, a larga maioria dos estudos acadêmicos excluem a consideração à raça, “mantendo um verdadeiro desprezo pela legitimidade e competência das pessoas que se dispõe a falar sobre raça e racismo” (Ayouch, 2023, p. 1203). Isto acarreta uma estigmatização do debate, por vezes, associado, inclusive, à extrema direita. O silenciamento da discussão, prossegue o psicanalista, ocorre em nome do pretense universalismo francês. Contudo, adverte Ayouch (2023, p. 1203), “a crença no universalismo, porém, se baseia na definição da branquitude como posição neutra com vocação universal”.

Assim, embora anuncie em primeira pessoa, Roudinesco parece incorporar a suposta neutralidade acadêmica e universalista, amplamente difundida no contexto francês. Neste caso, posta a serviço de uma defesa do que corresponderia à especificidade do discurso psicanalítico, à salvaguarda da alteridade e da singularidade contra o extremismo promotor de indiferenças dos movimentos ditos identitários (Roudinesco, 2022). Deste modo, não parece exagerado afirmar que sua voz faz ecos com a hegemonia consolidada do discurso psicanalítico, na França, mas também no Brasil (Costa, 2023). Ao manter o silêncio sobre os corpos brancos, a denúncia da autora às ameaças encarnadas pelas lutas identitárias parece funcionar como álibi para que corpos brancos possam manter uma falsa equivalência sobre as consequências e, em última instância, sobre as responsabilidades evocadas no colonialismo.

Roudinesco reconhece a qualidade da leitura que Fanon realiza tanto de Freud quanto de Lacan, mas em nenhuma dessas referências demarca, com assertividade, a consideração psicanalítica tecida por Fanon. Ressaltado na qualidade de um bom leitor, afirma, Ana Carolina Leão Martins, em Resenha ao *Eu soberano*, “o Fanon de Roudinesco é, portanto, a própria encarnação da máscara branca: o homem de pele preta que volta para a Martinica fantasiado de francês, muito civilizado, puxando os erres, e esquecido de suas origens periféricas. Um quase igual” (Martins, 2022, n.p.). Ao ser assimilado em nome do universalismo que deixa de fora as origens periféricas (e não brancas), o que fica obliterado é a especificidade anunciada por Fanon. Ou seja, a leitura autoral que faz da alienação racial uma interrogação psicanalítica colocada para negros e brancos. Tendo isso em vista, buscamos lançar caminhos para uma leitura de Fanon mais alinhada às críticas colocadas pelo autor. Para isso, destacaremos como a consideração à alienação evoca, para o autor, uma leitura que articula psicanálise e transformação política. A hipótese que assumimos é que essa articulação afasta o interesse psicanalítico por Fanon.

3. FANON, O PSICANALISTA



Em nossa leitura assumimos o posicionamento de Roudinesco como síntese expressiva da ressalva e do silêncio frequente na hegemonia do discurso psicanalítico (Ayouch, 2023; Salaberry, D'Agord, 2023) sobre a temática da racialidade e, principalmente, sobre a equiparação acrítica da branquitude ao universal humano.

Neste percurso, a alienação foi destacada como um eixo de leitura, o que, a partir de Fanon, implica nomear a dinâmica relacional de poder assentada na racialidade, uma vez que essa opera como sustentáculo do colonialismo. O último ponto a ser destacado em nossas considerações é que, para Fanon, esse trabalho não se restringe a uma esfera individual, de outra forma, inclui, impreterivelmente, uma consideração ao polo material que confere objetividade econômica e social às relações coloniais. Em outras palavras, se Fanon aposta na emancipação, essa aposta inclui uma atenção à subjetividade que é indistinta de uma oposição as estruturas coloniais do poder.

Apesar de não termos focado em um cotejamento entre a leitura fanoniana e os textos clássicos sobre o tema no discurso psicanalítico, buscamos indicar como a psicanálise é um referencial constante nas considerações de Fanon. Seguindo essa direção, a de uma aproximação não exaustiva, a hipótese que levantaremos é a de que a evocação de Fanon ao engajamento a uma política de transformação libertária (assentada em uma atenção ao polo subjetivo e material) opera senão como empecilho, como uma interdição na relação dos psicanalistas com a obra de Fanon. Certamente, este não é o único limitador na assimilação de Fanon pela psicanálise, mas nos parece crível supor que este ponto fundamente - para muitos, mas não todos os psicanalistas - uma inquietação que impede assinalar em uma sentença: Fanon, um psicanalista.

Nesta direção, merece atenção uma passagem do texto *Pele negra* em que Fanon realiza uma interpretação psicanalítica a partir de um fragmento de sonho, expresso por um dos seus pacientes. Afirma o autor:

Quando um preto me conta o seguinte sonho: “Caminho há muito tempo, estou muito cansado, tenho a impressão de que

algo me espera, ultrapasso as barreiras e os muros, chego a uma sala vazia, e atrás de uma porta ouço um barulho, hesito antes de entrar, enfim tomo uma decisão e entro; há nessa segunda sala alguns brancos, constato que eu também sou branco”; quando tento compreender este sonho, analisá-lo, sabendo que este amigo tem dificuldades em se desenvolver, concluo que este sonho realiza um desejo inconsciente. Mas, fora do meu laboratório de psicanalista, quando tiver de integrar minhas conclusões ao contexto do mundo, direi:

1. Meu paciente sofre de um complexo de inferioridade. Sua estrutura psíquica corre o risco de se desmantelar. É preciso protegê-lo e, pouco a pouco, libertá-lo desse desejo inconsciente.

2. Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica.

Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. *Enquanto psicanalista*, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais. (Fanon, 2008, p. 95; grifo nosso).

Ao longo de sua extensa produção, Freud manteve o lugar atribuído ao sonho como via privilegiada de acesso às formações inconscientes, tese anunciada pelo psicanalista ainda nos primórdios da psicanálise (Freud, 2006b). Ancorada nesta passagem fica nítida a concordância de Fanon com a leitura freudiana dos sonhos como realização inconsciente do desejo (Freud, 2006b). Como podemos observar, Fanon confere atenção ao registro clínico em sua especificidade ao reconhecer que não se trata de fazer do consultório um laboratório de militância política. Nessa passagem, o autor distingue aquilo que compete ao analista em seu “laboratório” – o trato com o desejo inconsciente de embranquecimento – da posterior “integração” do caso ao contexto social. Mas, fica explícito, é “enquanto psicanalista” que Fanon predica a necessidade de uma “ação conjunta”, que incide sobre o sujeito e o mundo que o cerca.

No segundo tópico deste trecho, Fanon afirma a impossibilidade de, como psicanalista, desconsiderar que o desejo de embranquecimento é

precedido da estrutura colonial. O sofrimento não pode ser lido em uma via exclusivamente individual, que desconsidere as operações coloniais que fabricam a alienação. Se é a mecânica colonial que cria o negro, é preciso que este último se converta em ser de ação (Fanon, 2008, p. 96), ou seja, que rejeite a interiorização da inferioridade em nome de uma ação contra a estrutura colonial.

Ao mobilizar a exigência dessa ação conjunta, Fanon (2008, p. 28) está retomando a conhecida passagem nos trechos iniciais de *Pele Negra* nas quais o autor louva o esforço freudiano em recusar uma perspectiva eminentemente individual, filogenética, em favor de uma que se atente à ontogênese. A esse deslocamento do determinismo filogenético, Fanon acrescenta a sociogênese como um registro indispensável para operar contra os efeitos da colonização e do racismo.

Para Faustino (Cidade, Faustino, Gaudenzi, 2023), a sociogenia é uma via de acesso ao pensamento fanoniano, sendo *Pele negra* um exemplar privilegiado dessa perspectiva de leitura. Deste modo, Fanon, ao recusar uma leitura intrapsíquica e uma compreensão naturalista da racialidade, converte a luta contra as estruturas fundantes da colonização em uma ação indispensável ao negro, no seu processo de libertação. Não se trata apenas de indicar um limite à psicanálise, compreendida a partir de um modelo privatista de clínica. Mas de manter uma coerência com a complexidade que legitima a continuidade da violência racial. Essa coerência faz com que, além de um trabalho sobre a subjetividade, para fazer emergir os mecanismos inconscientes da dominação, seja igualmente decisiva uma oposição rigorosa às estruturas sociais da dimensão colonial do poder. Para Fanon (2008), associado ao trabalho sobre si, há a exigência de uma luta de enfrentamento que deve ser coletivizada.

Segundo Noguera (2020, p. 19), reconhecer a sociogenia não é apenas conferir destaque ao polo social, mas ter presente que “a toxicidade da colonização é uma política enraizada no psiquismo”. Como assinalamos, sobremaneira para o negro, a desalienação é, segundo Fanon, um epíteto para a libertação. No entanto, essa contempla também o corpo branco em sua

possibilidade de ruptura com as amarras impostas pela lógica colonial. Neste sentido, para Fanon, a desalienação é caminho imprescindível para “aprofundar e aclarar a ideia de libertação individual e social” (Fanon, 1961, p. 262). Para negros e brancos, a desalienação implica um trabalho sobre si, acompanhado de uma conscientização das realidades econômicas e sociais, produtoras do colonialismo.

Em direção semelhante, na leitura dessa passagem sobre os sonhos, Ismael Salaberry e Marta Regina D'Agord compreendem que Fanon não realiza uma ruptura com o discurso psicanalítico, mas, de outro modo, coopera para uma ampliação daquele. Neste sentido, entendem que “longe de ser uma abordagem teórica inoperacional, a psicanálise é, para Fanon, uma fonte permanente da qual ele faz uso sistemático” (Salaberry, D'Agord, 2023 p. 1421). Na sequência desta afirmação, os autores interrogam por que motivos, mesmo considerando o diverso quadro de perspectivas teóricas que compõem a hegemonia do que compreendemos por psicanálise, neste não figura o nome de Frantz Fanon? (Salaberry, D'Agord, 2023 p. 1421). Ou, em outras palavras, ninguém duvida que Fanon é um leitor da psicanálise, mas tomando essa passagem, em um tema tão caro à psicanálise freudiana - o sonho e sua interpretação - o que nela desautorizaria a leitura de Fanon como sendo a de um psicanalista?

Para os autores, essa não é uma interrogação meramente retórica, por isto mesmo reconhecem que a especificidade de uma psicanálise derivada de Fanon é que esta precisará abarcar a conscientização do inconsciente e a conscientização do social (Salaberry, D'Agord, 2023 p. 1421). Assim, a dimensão teórica e clínica - e psicanalítica - que resulta de Fanon é a de uma clínica que não faz do registro político uma dimensão externa à psicanálise. Fanon (2008, p. 29) não deixa dúvidas ao categorizar *Pele negra*: “essa obra é um estudo clínico”. Para o autor, a interrogação sobre a alienação, estabelecida a partir da racialidade, aponta para uma indissociação entre psicanálise e o posicionamento antirracista e de crítica colonial.

Supomos que a mobilização por Fanon de uma compreensão articulada de clínica psicanalítica, política revolucionária e transformação social é um

aspecto suficientemente relevante (mesmo que não exclusivo) para explicar a restrição da hegemonia do campo psicanalítico em inscrever devidamente Fanon e sua contribuição sobre as consequências psíquicas da racialidade e da crítica à colonização nesse campo discursivo. Isto porque, segundo Florent Gabarron-Garcia (2023), em *Uma história popular da psicanálise*, a história do movimento psicanalítico pode ser anunciada a partir de uma bifurcação, estabelecida, exatamente, a partir de uma divergência quanto ao comprometimento (ou não) político e revolucionário da psicanálise.

Nesta direção, Gabarron-Garcia afirma que, a partir da década de 1920, a psicanálise foi marcada por um silenciamento do traço político e de transformação social em nome de uma pretensa neutralidade no que tange à crítica ao ordenamento político-social. No entanto, segundo o autor, para além dessa versão tornada hegemônica, haveria uma outra linha de força no movimento psicanalítico, constituído por psicanalistas que não apenas engajaram na luta política, como também defenderam o discurso psicanalítico em aliança à essa luta⁸.

Para Gabarron-Garcia (2023, p. 18), essa bifurcação alcança inclusive a figura de Freud, que, inicialmente, não seria tão cético em relação à “uma psicanálise politizada”. Segundo o autor, o contexto desta inversão, que atrela psicanálise e neutralidade, diz respeito à ascensão do regime nazista e aos receios que os destinos do movimento psicanalítico ficassem comprometidos pelo engajamento político estabelecido em oposição aquele regime (Gabarron-Garcia, 2023, p. 101). Assim, a história do movimento psicanalítico, descrita pela neutralidade e isenção em termos de engajamento político, teria se constituído às custas de um silenciamento de uma história popular da psicanálise, isto é, do descrito conferido à psicanálise politizada em nome da neutralidade em termos políticos.

⁸ Vale frisar que, entre os psicanalistas recenseados por Gabarron-Garcia (2023), localizado pelo trabalho que associa mudança subjetiva e mudança social no interior do discurso psicanalítico, encontra-se François Tosquelles. Este último, uma referência na Reforma Psiquiátrica, foi preceptor de Fanon no hospital psiquiátrico de Saint-Alban.

Indicamos a hipótese dessa bifurcação, pois ela nos permite retomar a provocação lançada na “Introdução”. Se, como afirma Gabarron-Garcia (2023, p. 25), a hegemonia de matriz europeia fez do engajamento à transformação social um domínio em oposição ao discurso psicanalítico, não causa espanto que, visto daquela matriz, Fanon não seja inscrito como um psicanalista.

Como indica Ayouch (2023) - e expresso no posicionamento de Roudinesco (2022) - visto a partir da perspectiva francesa, o debate sobre a racialidade é rechaçado em nome de uma universalidade, que exclui uma interrogação sobre a colonização, fundamentada pela raça que a sustenta. Em contrapartida, nos autores que selecionamos, por exemplo, Pedro Ambra (2021), Thamy Ayouch (2023), Faustino (2023), Ismael Salaberry e Marta Regina D’agord (2023), subsiste a compreensão teórica-clínica que alinha Fanon à psicanálise. Não se trata de homogeneizarmos a compreensão que cada um destes possui em relação a essa aproximação, nem mesmo de sugerir que não tenham críticas a Fanon ou a psicanálise. Bem menos, que sejam igualmente entusiastas dessa aproximação. Não obstante, neles encontramos o reconhecimento das contribuições de Fanon ao discurso psicanalítico, de maneira a estreitar a vinculação de Fanon a esse discurso.

De nossa parte, compreendemos que a colonização impõe particularidades ao contexto sócio-histórico brasileiro que necessitam ser consideradas. Construído sobre as marcas da colonização, o Brasil é um país caracterizado pelo pacto de silêncio e pelo distanciamento das questões postas pela raça (Canavêz, Dias, 2023), assim como também pela violência cotidiana imposta aos corpos negros. Assim, se o Fanon destacado por Roudinesco é amputado em sua origem periférica e não europeia, como sugere Ana Carolina Martins (2022), nos interessa retomá-lo destacando sua dimensão de crítica colonial e de convocação dos corpos brancos ao trabalho crítico sobre a racialidade. Fanon rejeita o essencialismo como direção para problematizar a racialidade e como herança à psicanálise deixa o trabalho de prosseguirmos interrogando a colonização, a racialidade e as consequências diferenciais que esta impõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, o que compreendemos como uma das mais fundamentais contribuições da perspectiva fanoniana é que após ela, se quisermos levar adiante a tarefa contracolonial, precisaremos pensar a raça em sua dinâmica relacional. E isso implica que os corpos não brancos possam se afirmar a partir da singularidade de seus referenciais, mas também que a branquitude brasileira possa enfrentar o desassossego e o *mal-estar* decorrentes da queda da alienação e da sedução hierárquica que a mantém submetida ao domínio colonial europeu. Buscamos localizar, mesmo que não exaustivamente, a opção de Fanon pelo discurso psicanalítico como instrumental de leitura, mas também como fonte de intervenção teórico-clínica ante os efeitos da colonização. Compreendemos que o passado colonial brasileiro e a manutenção no país de uma lógica colonizadora não são alheios aos psicanalistas brasileiros, o que acarreta implicações na interrogação sobre as consequências na temática da racialidade para as subjetividades. Com isso, buscamos indicar que um caminho para, desde o Brasil, avançarmos na interrogação sobre o desinteresse nesta temática é supormos que a vacância de teorização no *corpus* teórico da psicanálise é signo da alienação, que se expressa na submissão mantida em relação às teóricas e aos referenciais euro-americanos. Isto é, o silêncio omissivo é sintoma de um apego colonial. Neste sentido, com Fanon, a pergunta sobre a racialidade nos conduz aos domínios da ética, na medida em que opera naquele texto uma convocação responsável no trato com o que há sedutor e aprisionante nas microfísicas raciais do poder.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Quando brasileiras brancas descobrem na Europa que, com a brancura, não podem mobilizar privilégios. Portal Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quando-brasileiras-brancas->

descobrem-na-europa-que-com-a-brancura-nao-podem-mobilizar-privilegios/.

Acesso em: 2 fev. 2024.

AMBRA, Pedro. As pedras de Exu: a psicanálise em Frantz Fanon e Lélia Gonzalez. **Revista Rosa**, 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/as-pedras-de-exu>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BARROS, Douglas. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica a metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.

CANAVÊZ, Fernanda; DIAS, Luciano. Silêncio interrogado: psicanálise e racismo no Brasil. In: PEIXOTO, A; NAIFF, D; SILVA, N. (orgs.) **Saberes em Psicologia**. Curitiba: Casa, 2023.

CARNEIRO, Nathalia; GAYÃO, Nicolau. A carne e o fogo: despedaçamento e criação na obra de Frantz Fanon. **Revista Rosa**. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/a-carne-e-o-fogo>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CECCARELLI, Paulo. Tornar-se analista: a história de um percurso. In: **Psicanálise na vida cotidiana 2**. ANDRADE, E; FREITAS, V; CECCARELLI, P. (orgs). Bom Despacho: Literatura em cena, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CIDADE, Wania.; FAUSTINO, Deivison.; GAUDENZI, Paula. Entrevista com Deivison Faustino realizada por Paula Gaudenzi e Wania Cidade. **Ciênc. saúde coletiva** 28 (09) • Set 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.08442022>. Acesso em: 11 jan. 2024.

COSTA, Jéssica. Resenha. O eu soberano: ensaios sobre as derivas identitárias. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, 18(36), 162-168, 2023. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/pdf/14%20-%20RESENHA%20J%C3%89SSICA%20LIRA.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FANON, Frantz. **Escritos políticos**. São Paulo: Boitempo, 2021.



FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison. **A disputa em torno de Frantz Fanon - a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios. 2020.

FOTIA, Yan. **Frantz Fanon, la vérité noire, l'expérience anti-colonial**. Les Figures de la Domination, Revue pour la conscientisation des rapports de domination: sexe, race et classe. 2009. Disponível em: <http://www.lesfiguresdeladomination.org/index.php?id=239#tocto1n6>. Acesso em: 3 dez. 2023.

HALL, Stuart. La vie posthume de Frantz Fanon. Pourquoi Fanon? Pourquoi maintenant? Pourquoi Peau noire, masques blancs? Réseau Canopé, **Cahiers Philosophiques**, n. 138, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-philosophiques1-2014-3-page-85.htm>. Acesso em: 22 dez. 2023.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992. Parte I e Parte II.

MARX, Karl. **O Capital** — Livro I - crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

FREUD, Sigmund. **O estranho**. Vol. IV. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006a.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos sonhos**. Vol. XVII. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

FREUD, Sigmund. **Sexualidade feminina**. Vol. XXI. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006c.

MARTINS, Ana Carolina Leão. **O Eu Suburbano** (ou com o perdão de Fanon). Lacuna: uma revista de psicanálise, São Paulo, n. -13, p. 11, 2022. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2022/08/06/n-13-11/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: RJ: Vozes, 2019.

POLI, Maria Cristina. Alienação na psicanálise: a pré-história de um conceito. **Psique**, v.9 n.16 São Paulo dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000200009#:~:text=A%20inclus%C3%A3o%20do%20conceito%20de,da%20estrutura%20origin%C3%A1ria%20do%20eu. Acesso em: 15 jan. 2024.

RESENDE, Ana Catarina. Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S. l.], v. 9, n. 21, p. 08-19, 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/223>. Acesso em: 3 dez. 2023.

SALABERRY, Ismael.; D'AGORD, Marta. Hic Sunt Dracones: algumas considerações sobre a psicanálise e a obra de Frantz Fanon. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 1405-1426, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/80238>. Acesso em: 15 jan. 2024

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.